

## MEMÓRIA DA REUNIÃO DO FORPLAD – DOURADOS/UFGD

*Período – 30 de outubro a 01 de novembro*

**30 de outubro – 14h as 18h**



Anfiteatro da UFGD

### MOMENTO I - ABERTURA DO EVENTO E PALESTRA DO REITOR DA UFGD

Abertura do evento com a presença da Coordenadora do Fórum, Silvana de Abreu, pró-reitora de Avaliação Institucional e Planejamento da UFGD e dos pró-reitores de Administração e de Gestão de Pessoas e com a pró-reitora Marize, representando a Reitoria da UFMS, além do anfitrião, Reitor Damião Duque de Farias, que proferiu, logo após o encerramento da abertura, a palestra ***As IFES no contexto do Plano Nacional de Educação: desafios e expectativas de desenvolvimento?***

Foi uma apresentação sobre a situação das IFES no contexto atual e o reflexo em temas importantes como ampliação das vagas na Rede IFES e investimentos, mas fundamentalmente, qual seria o papel das IFES no contexto do PNE em debate no congresso. A apresentação encontra-se no portal do FORPLAD.



## MOMENTO II - RELATOS DOS TRABALHOS DA NACIONAL E DAS REGIONAIS

A coordenadora, Pró-Reitora Silvana Abreu (UFGD), relatou as atividades desenvolvidas pela Coordenação Nacional. Entre elas esclareceu questões e dúvidas levantadas ainda no pleno do Forplad de Salvador (09/2013) sobre o censo. Explicou que questionou a DIFES sobre o "fim do pingifes" e que a resposta foi positiva. Também sobre o mesmo tema, atuou junto a Andifes, no sentido de chamar a atenção para o tema abordado no fechamento dos trabalhos do Forplad em Salvador e que solicitou que o representante do Forplad, no pleno da Andifes, em Natal, questionasse o Sr. Luis Claudio (INEP) sobre o tema censo e Pingifes. Informou que não participou da reunião, mas que o Pró-reitor Kedson Lima representou o Forplad. Após a Reunião de Natal, Adriana Weska chamou uma reunião em Brasília para tratar do assunto em que compareceram Reitor Zacki, presidente da Comissão de Orçamento/ANDIFES; Marize Peres, coordenadora da Comissão de Modelos/Forplad e Silvana de Abreu, coordenadora nacional do Forplad. Na oportunidade a Diretora afirmou que trata-se de uma decisão Ministerial e que haverá o encerramento do PingIFES de fato. Informou, ainda, que o MEC está trabalhando, o sistema está se organizando e que maiores informações seriam colocadas na fala da Laura, durante a reunião do Forplad. A coordenadora informou que Dulce Tristão viria com a diretora Adriana Weska para tirar dúvidas sobre recursos humanos. Também esclareceu que na reunião em questão, foram levantadas questões relativas a segurança, capacidade do Inep de incorporar o trabalho, de auditoria dos dados e ainda definiu-se um calendário sobretudo porque o MEC deve coletar dados já no início do ano. Assim, tanto a reunião de Dourados, em final de Outubro, como o pleno da ANDIFES, em São Carlos-SP, no dia 19 de novembro, seriam momentos estratégicos, combinados, para que Forplad, Andifes, Inep e SESU estabelecessem todas as negociações necessárias para viabilizar da melhor forma o trabalho do Inep e os dados seguros para o orçamento.

Informou também que na reunião de Dourados ocorreria a mudança nas coordenações regionais e na nacional e que os GT farão as mudanças apenas na primeira reunião que ocorrerá em Porto Alegre. Condição que ficou acertada em reunião da Nacional juntamente com as coordenações regionais e as comissões temáticas agendada para o dia 29/10.

Sobre os outros pontos da reunião, informou que, infelizmente, o Sr. Wagner Souza (SPO) não participaria da reunião. A justificativa oficial apresentou que o Mec estaria passando por uma contenção de gasto severa e que a SPO não teria recurso, além disse também não haveria novidades considerando o ano anterior., de modo que a agenda já estava reorganizada.

Acrescentou que até o momento apenas a Reunião em Porto Alegre coordenada pela UFRGS está confirmada para o ano de 2014 e que seria necessário definir as demais reuniões, assim como as datas, principalmente considerando a questão do acontecimento da COPA de 2014 no Brasil.

Atentou-se para a preocupação com a antecipação do encerramento do ano orçamentário e a escassez do limite financeiro e que seria muito importante fazer uma pressão junto à ANDIFES, na reunião do dia 19, mesmo o tempo sendo muito exíguo. Terminou o relato e passou para a apresentação dos relatos das Coordenadorias Regionais.

#### Regional Centro-Oeste – Marize (UFMS)

→ Informou que houve mudança na Regional, de modo que o cargo de coordenação passou para Valéria, da UFMT, e que ela, Marize, ficaria como suplente do cargo. Informou que reuniram-se no local do evento. A reunião tratou de assuntos comuns às IFES e os principais pontos abordados foram: a demora na liberação do financeiro e o encerramento do ano orçamentário. Citou ainda a Lei 12.844/2013 que trata do custo de mão de obra para construção, que acabou por trazer muitos transtornos nas licitações já que processos tiveram que retornar as comissões de licitação para ajustar-se ao normativo, o que atrasou os já tão demorados processos de licitações. Por fim, informou que todo o relato estaria na área específica da regional CO no Portal do Forplad.

#### Regional Nordeste – João Emmanoel (UFRN)

Informou que ocorreu reunião rápida e que iriam se reunir no outro dia. Por questões de trabalho a Coordenadora Rosária (UFMA) não estava presente e o João Emanuel (UFRN) a substituiu.

#### Região Sul – Ário (UFRGS)

→ Reuniram em 18 de outubro, em Santa Maria. Relatou que a escolha do local foi estratégica, pois buscavam com isso dar apoio a Universidade pelo incidente ocorrido no incêndio que envolveu mais de 100 estudantes da UFSM, já que a cidade está precisando melhorar a autoestima. Discutiram diversos assuntos, mas os mais debatidos foram: a nova lei das Fundações; buscar junto ao Mec um calendário mais claro para o final do ano orçamentário e a preocupação com diversas licitações que ocorrerão apenas em Novembro, depois da nova data indicada para fim do exercício. Fizeram a escolha dos representantes e apresentarão no momento adequado. Houve participação massiva das IFES do Sul.

#### Região Sudeste – Valdo (UFRRJ)

→ Na reunião realizada discutiram problemas parecidos com os já apresentados pelas outras regionais, dentre eles a abordagem e adequação dos indicadores do TCU. A ação de compras citada como um bom exemplo, o que ocorre na UFMG. Fizeram a indicação dos nomes para a coordenação regional e representação nacional. Aprofundaram a discussão sobre o calendário para o ano de 2014. Oficiaram à SPO, a DIFES e ao Reitor, e que o mesmo encaminhasse ao ministro.

#### Região Norte – Kedson Lima (UFRA)

→ O Pró-reitor Edson Ortiz (UFPA) não participou da reunião em Dourados, mas planejou que a reunião acontecesse no dia antes do evento (29/10). A reunião acabou ocorrendo no dia 30/10, em razão da chegada em diferentes tempos dos membros. Participaram da Reunião a UFRA, a UFRR, a UNIFAP, a UFPA e a UNIR. A UFAM e a UFAC chegaram após a reunião. Definiram a escolha para o coordenador da regional e o representante nacional. Discutiram pontos em comum e definiram um calendário para o ano de 2014 e o acordo de que as reuniões deveriam acontecer antes do evento da Nacional e que a primeira poderia ocorrer na UNIFAP.

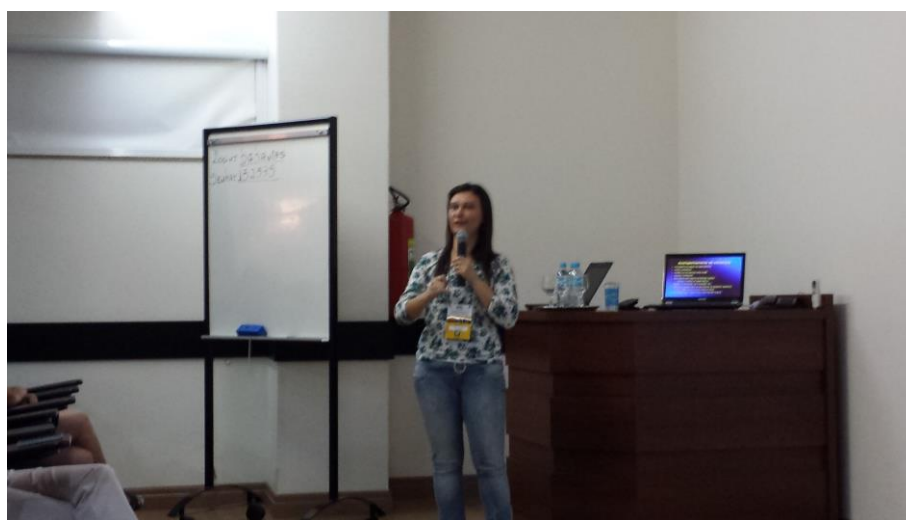
**DIA 31 de outubro – 8h às 18h**

### **MOMENTO I – EXPERIÊNCIAS EM IMPORTAÇÃO**

8h00 – 9h45 – Painel: *A importação como oportunidade: experiências*. **Odete Julio da Silva Cardozo** – Chefe da Divisão de Importação e Exportação DIC/UNIFESP.

**Rosane Cristina Piedade Tamada** – Diretora do Departamento de Importações e Compras/UNIFESP.

**Wilma Oliveira Portilho** – Coordenadora de Importação/UFPA. **Michele Harima/UFPA**.



Odete Julio da Silva Cardozo

Apresentação está disponível no portal do FORPLAD – Reunião de Dourados

Em resumo, foram apresentações técnicas sobre a estrutura responsável pelas ações e os procedimentos a seguir, conforme a legislação vigente. A primeira parte ficou a cargo das profissionais da UNIFESP que relataram as suas experiências.

Roseane ficou com o início da apresentação e informou que a UNIFESP possui um organograma específico para o setor de compras (nos slides).

Fez a apresentação de um quadro com gastos executados até o momento.

Odete seguiu informando que trabalham com quadro próprio, sem despachante. Todos trabalham com certificados digitais – Procuração do Reitor para responsabilidade institucional.

Envolve Receita Federal, Banco Central do Brasil, órgãos anuentes e fiscalizadores. Citou o problema de descaracterização – quando a IFES recebe algo que não é dela ou que veio de forma errada para ajuste evitando pagamento de taxas. Se veio errado é realizada a devolução. Em seguida apresentou todos os passos seguidos na execução da ação de importação. Inicia com o processo administrativo, solicitando uma Dispensa ou inexigibilidade... seguiu para a Lei 8666/93. (apresentação no site)

Documentos de instrução para abertura de processo

Pedido de importação – intranet (assinado)

Projeto de pesquisa aprovado – comitê de ética em pesquisa – CEP – UNIFESP.  
Proforma invoice – preferencialmente direto com o fabricante.  
Plano de trabalho/subprojeto  
Cópia do contrato/convênios assinados  
Termo de referencia: justificativa vinculando o uso do material ao projeto de pesquisa, etc..  
Sobre o pedido de importação (intranet – modelo próprio) – estão trabalhando para tentar fazer tudo on-line dentro do sistema.  
Proforma invoice – documento de natureza contratual, que juridicamente formaliza a negociação – Equivale ao Resultado de Licitação.  
Um check-list.  
Análise jurídica  
Nota de empenho

Chamou atenção para o cuidado que se deve ter quando a importação vem através de recurso próprio. Apresentou uma sequência da abertura do processo. A margem onde o fornecedor pode reduzir custo é no lucro da mesma e se em quantidade maior há uma redução nas taxas de importação – isto se for através de uma licitação normal.

Alertou que é importante verificar o custo e o prazo. Impostos em que as IFES são isentas: Imposto de Importação – IPI – PIS (1,65%).. presente no slide.

TEC – tarifa externa comum – acordos internacionais onde os materiais são identificados, codificados e a indicação do percentual tributário.

INCOTERMS – Internaional Commercial Term – definem responsabilidades e custos de acordo com o modal escolhido (aéreo/marítimo) – EXW, FAC, FOB, CIP e CIF, DDU e DDP (remessas expressas) e CPT e CFR

CUSTOS ENVOLVIDOS– definição nos slides.

Trabalham com o Banco do Brasil – taxas bancárias.

Acompanhamento do embarque.

Parametrização – canal vermelho (documentos e vistoria/conferência física) – amarelo (conferência de documentos) – verde (liberação automática) – cinza (valoração aduaneira) – citou acordo com CNPq e Receita.

Órgãos anuentes: CNPq (todas), receita federal (todas), ANVISA (equipamentos registrados)... nos slides.

Despacho e entrega – o pesquisar tem em média 5 dias para acionar o seguro internacional.

Pesquisa científica.

Software – permanente intangível

Não tem o projeto de pesquisa – Lei 8032/90 – Ensino – DECEX – mínimo.

Remessa expressa.

Material perecível – tem que ter forma de armazenar no local.

Importação – Lei 10.964/04 – se não tiver como fazer pela IFES deverá fazer através do pesquisador.

SEGUNDA PARTE – UFPA – Wilma Portilho – DIRETORIA DE COMPRAS E SERVIÇOS  
– Importação



Para se fazer uma importação é necessário:

Formalizar processo; Anexar projeto de pesquisa (8.010/90); Outros documentos – site da PROAD/UFPA;

Lei 8032/90 – similaridade – caso comprar material que não há similar no Brasil.

Procedimentos: analisar processo – outros documentos necessários.

Recursos: gerenciados diretamente pela UFPA – Gerenciados pelos pesquisadores – Projetos.

Material similar ao apresentado pela UNIFESP.

A formalidade é importantíssima para o sucesso da importação – a *invoice* tem que ser o retrato da pró-forma.

Todos os processos passam pela procuradoria, pois envolve avaliar as questões de valores apresentados, comprobatório das justificativa e razões que levaram ao pedido de importação.

Gargalo no Pará – isenção do ICMS – tem que pedir a dispensa do imposto a cada importação – fizeram um acordo – geralmente é canal verde.

Mais informação encontra-se nos slides.

Realizam todo o processo

Finalizou a apresentação

### **Perguntas:**

Beth (UFMT) – Questão operacional – nunca teve problema com uso de ações para pagamentos diversos – não enxerga a situação “stank” – não consegue separar ações de pesquisa de ações de ensino, pois tudo é a mesma coisa, pois são professores.

Caetano (UNILA) – Em relação ao Hospital São Paulo – como é feita a importação no Hospital?

Cley – É uma política não se importar muito pela 8032 ou é uma opção? Tem sido tranquilo a as ações de importação?

### **Respostas:**

*É de acordo com a demanda – nos últimos dois anos só teve 1 pedido para ensino – o foco é pesquisa mesmo. Quanto ao Hospital, eles possuem a própria estrutura de importação – possui o benefício da Lei 8010 ou a 8032. Usa também da imunidade tributária – é semelhante e paralelo com os órgãos anuentes. Ele é tratado de forma diferente. A importação é realizada com o seus dados.*

### **Perguntas**

Lídia – uma questão para o FORPLAD – o exercito brasileiro possuem escritório para compra direta no exterior – se ciência e tecnologia é prioridade para o Brasil, por que não criar algo parecido para as Instituições Federais? Com o isso o custo Brasil poderia reduzir bastante. Fica uma proposta para o FORPLAD para encaminhamento.

Wagno (UFGD) – preocupação quanto ao pagamento antecipado, pois o mercado internacional exige, mas a legislação interna exige situação diferente. Como proceder neste caso, como estão agindo para pagamento antecipado?

SILVANA - A UFGD tem autorizado pagamento antecipado através do Reitor. A pergunta é: fizeram ou conseguem negociar outra forma de pagamento? Como é o acordo?

### **Respostas:**

*UFPA - A pró-forma é considerada como um contrato – nela constam todas as condições sobre a ação – forma de pagamento, valores etc. Muito cuidado com todas as informações que consta na pró-forma.*

*UNIFESP – O documento é a pró-forma, que é reconhecido internacionalmente. Há uma interferência sobre a questão de pagamento antecipado, presente na pró-forma. Quando a despesa é muito alta paga-se apenas as cartas de remessa. Uma forma de negociação é através do título de garantia de crédito por banco.*

### **Perguntas:**

PAULO (UFPR) - Parabéns por assumir todo o processo. O que preocupa é maquiagem para fazer importação direta. Gostaria de usar sem maquiagem ou ter que convencer o jurídico.

UFVJM – Como fazê-lo se não há equipe e total inexperiência – qual a vantagem e a desvantagem quando se contrata um escritório. Como configurar dentro da realidade das IFES?

**Respostas:**

UFPA – Foi um desafio trabalhar com o SISCOMEX, mas foi ao longo dos anos que se ganhou experiência.

UNIFESP – Também foi um desafio. Muitas exportações, no exemplo das forças armadas, são realizadas de forma ministerial dentro de outra legislação e com outros amparos.

**MOMENTO II – A nova Lei das Fundações**

10h00 – 11h30 – As alterações na Lei de Fundações de Apoio: possibilidades e expectativas da Lei 12.863/2013 para as IFES. **Jeziel Pena Lima – Procurador Federal/AGU/UFGD.**

A apresentação encontra-se no Portal do Forplad.

Começou a abordagem fazendo uma comparação com a Lei anterior, fazendo destaques onde o texto é alterado. Comentou que a Lei, em alguns pontos apenas modificou algumas palavras, mas que nada foi mudado no sentido do texto. Fez críticas sobre o texto confuso e complexo e apresentou algumas premissas básicas que definem o uso das fundações.

Citou os órgãos que podem trabalhar diretamente com as fundações, ao exemplo do FINEP. A apresentação foi bem técnica e em cima da nova Lei. Houve falas diversas, mas principalmente questionamentos sobre os pontos polêmicos do que trata a Lei, principalmente, a aquele que normatiza participação de servidores dentro do quadro de gestão das fundações.

A apresentação completa encontra-se no portal.

**MOMENTO III - Acessibilidade e avaliação**

14h30 – 15h45 – Painel: Acessibilidade e Avaliação: desafios da qualidade. **Marcilene Magalhães da Silva – Técnica em Assuntos Educacionais, Coordenadora do NEI - Núcleo de Educação Inclusiva da UFOP.**

A apresentação slide se encontra no portal do Forplad.

A prelecionista abordou de forma conceitual o assunto acessibilidade, apresentando os principais documentos legais que tratam sobre o assunto.

Atentou-se com a Portaria MEC, de 2003, e o Decreto 5.626 – Libras. Deixou claro que o aluno necessita muito mais do que um simples intérprete.

Afirmou que o Mec precisa refletir sobre as vagas para profissionais específicos e com qualificação apropriada.

Apresentou alguns referenciais de acessibilidade na educação superior de 2013 evidenciando por que as IFES devem ser acessíveis, pois a visão principal é que a acessibilidade é para todos. Num dado geral há cerca de 23% de deficientes no Brasil e destes, 0,35% estão nas Universidades.

Questionou a plenária e perguntou que tipo de desafio e qualidade o Forplad está propondo. Continuou evidenciando a necessidade da construção/afirmação de uma universidade inclusiva. Por onde começar?

É necessário reconhecer o passivo de cada Ifes e depois definir metas para depois chegar numa prática transversal e intersetorial.

- É necessário ter uma cultura bem implantada.
- É necessário promover a acessibilidade na sua plenitude.
- A inclusão é onerosa, mas o orçamento é pequeno quando define o papel da Ifes.
- Há necessidade de espaços que vão além de equipamentos, ou seja, também devem compor servidores.
- É importante saber inserir as ações dentro dos documentos: PDI, PPI, PPC etc..
- O acervo pedagógico e equipamentos adequados - demanda organização, orçamento e práticas assistidas.
- Na dimensão acadêmica e social, não ficar focado apenas na deficiência aparente do aluno.

Citou a importância de que a história de criação da Ifes, sua estrutura antiga, etc., não pode justificar a imobilidade.

Alertou sobre a necessidade cada vez mais crescente da criação dos núcleos de acessibilidade - são articuladores que se envolvem com a infraestrutura, com a pesquisa, com o currículo e com a extensão.

Informou que o núcleo da Ufop foi criado em 2005 e já há um bom acompanhamento e conhecimento do núcleo. Construíram junto com os cursos um planejamento de como organizar a vida do aluno deficiente. Há também o papel do tutor. O núcleo orienta as famílias, forma os professores para lidar com a situação e media a relação do aluno com o curso.

Continuou informando que é preciso observar os desafios na voz dos que precisam. Criar o espaço para que haja diálogo. Refletir sobre os problemas encontrados e suas diversidades, não só deficientes. Apresentou informações sobre o NEI - núcleo de educação inclusiva.

Informou que a partir dos estudos iniciados é que se começou a identificar os alunos deficientes e que é importante que a Ifes trabalhe com a comunidade para promover a inclusão necessária.

Sobre a acessibilidade física fizeram um movimento junto ao planejamento e setor de obras para trabalhar identificando as mudanças estruturais - verificar as condições de acessibilidade da Universidade - com base na Abnt 9050.

Silvana abriu para questionamentos.

Geblin - parabenizou a equipe pelo trabalho, informou que a sua universidade está formando a primeira turma de libras. Também estão ajustando os concursos incluindo os deficientes. Há muito o que fazer e a discussão estava parada e com os problemas debaixo do tapete. A acessibilidade não é só problema de infraestrutura. Possuem dificuldades diversas e estão com poucas pessoas.

PLATINI - Vale do São Francisco

- Citou que é importante considerar a compra para todos e que incluía o deficiente. Será que a forma de entrada na Universidade é justa para o deficiente?

Raquel – Qual a experiência para atender pessoas como quilobombolas e indígenas de forma semelhante aos investidos na acessibilidade para deficientes.

Kedson – Como estão lidando com a dificuldade de mão de obra qualificada para trabalhar com a acessibilidade?

**Resposta:** *Há dificuldades de contratar servidores efetivos e entende que precisa solicitar mais vagas para o Mec. Não devemos ficar omissos. Sobre o concurso é necessário que o edital contemple a possibilidade do candidato deficiente fazer a prova. Não basta apenas definir a vaga.*

*Na UFOP há reserva de vagas para pessoas de escola pública, mas não há outras ações.*

Osório - citou sobre a construção de moradias estudantis - trabalhariam com acessibilidade universal, ou seja, todas as unidades deveriam possuir acesso. Por fim definiram que alguns apartamentos específicos seriam construídos, mas também os demais poderiam ser visitados por deficientes, além de banheiros, etc.

Como você enxerga a questão de atendimento da acessibilidade universal e o custo e a disponibilidade que resulta desta ação?

Silvana - explanou sobre algumas obras seguindo o princípio da acessibilidade, mas não a universal. É difícil imaginar a inclusão universal, pois o custo é elevado e compete com outras ações que exigem recurso dentro das Ifes. Como estão resolvendo na UFOP a questão orçamentária específica considerando a questão cultural ainda se formando?

ELGA - dentro da visão do núcleo há pacotes mínimos para atuar com a acessibilidade?

**Resposta:** *é necessária reservar para as ações, mas não é só isso. Eles agem de forma proativa, conhecendo o aluno e apresentando a situação da universidade e os desafios encontrados. Conversam com a família do deficiente bem antes e preparam o caminho até o aluno chegar na Universidade. Estão sendo apoiados em muitas unidades e o núcleo trabalha assiduamente participando de todos os eventos possíveis divulgando a função e o trabalho, e, com isso, estão tendo uma maior visibilidade e conseqüentemente apoio. Sobre a questão da acessibilidade universal, é importante garantir a acessibilidade, nem que seja para atender uma pequena parte das necessidades. É importante fazer um levantamento prévio para saber o quantitativo de pessoas que deverão ser atendidas.*

#### MOMENTO IV – GRUPOS DE TRABALHOS E ENCAMINHAMENTOS

Aconteceram as reuniões dos grupos e o planejamento para o ano de 2014. A comissão de modelos apresentou o histórico que gerou a matriz prevista para o ano de 2014 e informou também que estará deixando o cargo de coordenadora na

reunião de Porto Alegre em 2014. Os demais grupos que se reuniram apresentaram um breve histórico sobre as atividades, assim como propuseram alguns encaminhamentos, entre eles: a preocupação com a insalubridade.

A Comissão de Planejamento apresentou que o levantamento da EAD estava com data até 30/11. Falaram também sobre os indicadores do TCU. Informou que foram surpreendidos com reunião ocorrida e que o documento não considerou o Forplad. Ficou da comissão ver o teor do documento e solicitar informações às IFES.

Proposta: A comissão ficou de fazer a discussão antes de discutir com o TCU.

Também falou sobre o trabalho de levantamento da estrutura mínima para as IFES e de fazer o levantamento. Constituíram dentro da comissão de planejamento uma sub-comissão para tal: Tomas, Caetano, Ze Roberto.

Falaram ainda sobre a IN 04/2013, do Ministério do Planejamento. Que altera a IN 02/2010 e altera o SICAF.

A Comissão de Modelos. Marize falou sobre a Nota técnica 01/2013 da DIFES. Que trata da metodologia e do parâmetro de graduação – qualidade.

Ainda, falou sobre a nota de distribuição do orçamento 2014. Esclareceu que o banco foi de 2011. Que o aumento foi de 13,32% em relação a 2013. 6,7% foi o mínimo que se recebeu (IPCA dos últimos 12 meses). O PNAES foi distribuído como o modelo anterior e que o aumento em relação a 2013 foi de 23%. Reuni ficou igual ao valor de 2007. Incluir ficou base de dados 2011 e valores mínimos para ifes em implantação.

Comissão de Administração. Falaram sobre a pesquisa ambiental que ficaria até 02 de fevereiro para ser preenchida.

Falaram sobre a avaliação patrimonial e do curso com instrutor da Esaf. Vão trabalhar pela lista de administração.

Falaram ainda sobre insalubridade e o problema nacional que isso tem gerado. Há demanda da Andifes em resolver essa questão e para que haja dotação orçamentária específica para atender infraestrutura.

Ainda falaram sobre o debate na lista sobre patrimônio mobiliário e a depreciação.

A coordenadora finalizou o momento apoiando os encaminhamentos dados pelas comissões e que não foram questionados por qualquer membro do pleno. Deu por encerrada a reunião do dia.

**DIA 01 de novembro – 8h às 12:30h**

MOMENTO I – Painel DIFES

8h00 – 9h30 As alterações no censo educacional pela Portaria Ministerial 794/2013. DIFES/SESU/MEC. Laura Bernardes/MEC. Dulce Tristão Difes/Mec.



Dulce Tristão

Primeiramente agradeceu ao convite. Explicou a ausência da Adriana e começou a relatar os últimos acontecimentos. Citou que há mais de 12 mil cargos de docentes desocupados nas universidades. Sem estes concursos as IFES não tem como funcionar. Fez alguns destaques de interesse no ano de 2013. Entre eles citou a Lei do plano de carreira do professor de nível superior. As instituições possuem o compromisso com as novas vagas e novos campi (47 novos).

A carreira que é uma velha demanda, trouxe uma série de ações e mudanças. O Art. 21 (Lei 12.677/2013) trouxe necessidade de regulamentação que as universidades precisarão fazer. Haverá em torno de 4500 professores pleiteando passar para o cargo de professor titular (maio de 2014). São processos demorados e que darão muito trabalho. Citou sobre a distribuição das CD2 e das FCCs. As CD2 foram distribuídas para padronizar, mas a universidade é quem definiu como distribuir. As FCC foram colocadas com a visão de melhorar a gestão dentro das Ifes. Há muitas FCC abertas ainda e coordenadores sem receber.

Fez um longo histórico das razões que levaram a criação das FCC. Citou também a situação da categoria dos professores de colégios de aplicação e de escolas técnicas. Alertou que é importante citar os números para que fique a visão sobre os acontecimentos. Citou novamente o art. 21 sobre professores DE que podem receber recurso na realização de ações específicas.

Informou que deverá sair em breve um plano nacional de capacitação o técnico administrativo (programa de qualificação em parceria com a CAPES – capacitação através do PRONATEC – e o programa de desenvolvimento próprio da universidade para a qualificação).

Fez um histórico para lembrar como se desencadeou a necessidade de um sistema único para coleta de dados. Alguns dados devem ser únicos. A partir de 2014 a única base será o censo.

Citou a reunião que houve com a participação do Forplad, em Brasília, sobre a unificação do sistema para coleta. Haverá outras reuniões para um melhor entendimento das ações. É importante cadastrar todos os cursos no eMEC, pois o mesmo é a base de dados para o censo. Entende que os problemas eram simples

sobre os cursos que não estão cadastrados no eMEC. Afirmou que o sistema estaria aberto até o dia 6 de novembro. Finalizou.

A Coordenadora Silvana apresentou a representante do Cograd, Gisele, Pro-reitora da UFGD e agradeceu a sua presença na reunião.

Passou a palavra para Laura apresentar a temática "Integração dos sistemas PingIFES e Censo".

A apresentação está no portal do Forplad.

Laura Bernardes fez um levantamento histórico sobre o Censo e o PingIFES.

Citou que há conceitos diferentes entre os Censo e o PingIFES, além de gerarem informações diferentes.

Para evitar a dificuldade em usar dois sistemas é que foi decidido uma "intervenção" superior para melhorar a situação.

Citou os principais pontos relevantes, inclusive o calendário para o ano de 2014. Finalizou a apresentação e colocou-se a disposição para possíveis questionamentos.

Após a apresentação da Laura Bernardes, Dulce lembrou que em 17 de maio de 2014 está previsto rodar a matriz.

Silvana solicita que seja apresentado o calendário novamente e percebe-se que a data é dia 17 mesmo, mas alerta que há diversas IFES que estarão terminando o semestre somente em abril.

Dulce reforça que o Censo é um sistema único e para as IFES o que interessa é a geração da matriz orçamentária. A Laura alertou que é complicado num primeiro momento, mas que é importante corrigir as falhas e chegar num sistema melhor, mais preciso e acima de tudo que facilite a coleta de informações.

**Perguntas:**

Silvana – chama a atenção informando que não é um processo simples. É importante que a Seres crie uma organização mais rápida para atender a regularização dos cursos no sistema. Outra observação é que seria importante a criação de perfis específicos em que o Reitor ou pró-reitor poderia acessar o sistema com o próprio CPF e não com o CPF do P.I. Afirma que é um constrangimento essa situação e que precisa mudar. Abriu para questionamentos gerais. Fez um bloco de três perguntas (Edilberto, Gisele (Forgrad)).

Edilberto: Agradeceu a apresentação. Fez uma explanação dirigida à Dulce, relacionada as FCCs, informando que na sua Universidade ainda não foram todas distribuídas, mas que já estão todas planejadas. Qual é a informação concreta quanto a possibilidade de gratificações para novos campi?

Wilson – Cita a preocupação com a demora na regularização dos cursos, informando que há cursos com mais de um ano que ainda não se encontra contabilizado e isto prejudica a coleta de dados. Cobra uma ação mais rápida e uma atenção a estes casos.

Gisele (Representante Forgrad) – Parabeniza a apresentação e coloca a preocupação quanto a necessidade do fechamento de relatórios de evasão e retenção em que a coleta de dados poderiam melhorar este entendimento, uma vez

que a utilização de um sistema único poderia padronizar os dados nas universidades.

Silvana – solicita atenção à Dulce para que informe junto a Adriana a preocupação quanto ao ano orçamentário encurtado e a possibilidade de prejuízo nas licitações, pois muitas acabam por ocorrer somente no meio e final do segundo semestre. Isto é uma rotina comum de praticamente todas as IFES.

#### Complemento da DULCE

A revisão do banco quanto a utilização do substituto é uma ação que já vem sendo encaminhada pela ANDIFES. Mas não sairá este ano, é Decreto e pelo andar do ano dificilmente sairá.

Estão criando um banco para colégios de aplicação e outros. Querem alterar a questão de homologação do concurso para professores (o que saiu na nova legislação). Estão trabalhando a questão dos temporários, ou seja, prorrogação de alguns contratos, pelo menos os que foram liberados. Estão pedindo expansão de vagas em áreas que não existem atualmente no banco do MEC.

Estão usando o RAT e o RAP para todos. Fizeram um levantamento de todos os T.A. de todas as IFES para saber como está a relação com alunos. Estão fazendo um levantamento considerando situações particulares, como tipo de curso e horário de funcionamento do curso. Também está sendo avaliado IFES com e sem HU.

Sobre as CDs e FGs. A universidade possui autonomia para fazer o que desejar, na sua autonomia. Citou exemplo de universidades que pegaram as CD2 e distribuíram para os diretores de campi e não para os pró-reitores.

Levará para a Adriana todas as preocupações apresentadas e aquilo que for possível dar encaminhamento, certamente que será dado.

Agradeceu a participação e encerrou a fala.

#### MOMENTO II – Escolha da nova coordenação nacional e regional e outros encaminhamentos

Foram definidos os locais e datas das próximas reuniões (portal do Foplad – Porto Alegre, São Paulo, Fortaleza e Curitiba, na ordem).

Silvana solicitou que fosse entregue a indicação dos nomes. Após a leitura dos indicados eles se reuniram para definir as representações.

Ficou definido que o pró-reitor Tomás (Alfenas) seria o Coordenador e o pró-reitor Kedson (Belém) seria o primeiro vice. Foram apresentados também todos os coordenadores regionais e seus suplentes.

A escolha foi rápida e após o término o Coordenador Tomás assumiu os encaminhamentos e o encerramento da Reunião.

